

Aprovo o presente Caderno de
Encargos

O Reitor

06/06/2025

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 001/SJ/2025

**FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O TEATRO ANATÓMICO DO NOVO
CAMPUS DE CARCAVELOS DA NMS|FCM, AO ABRIGO DO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO NO
ÂMBITO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR): MEDIDA 6 – PROJECTO “CIVIC AND
GLOBAL” (PROGRAMAS “IMPULSO JOVENS STEAM” E “IMPULSO ADULTOS”)**

CADERNO DE ENCARGOS



CIVIC and GLOBAL

I – PARTE GERAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

OBJECTO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto o fornecimento e instalação de equipamentos para o teatro anatómico do novo campus de carcavelos da NMS|FCM, ao abrigo do programa de financiamento no âmbito do plano de recuperação e resiliência (PRR): medida 6 – projecto “civic and global” (programas “impulso jovens steam” e “impulso adultos”).
2. As eventuais referências a marcas, de materiais, de produtos, de equipamentos ou Entidades Certificadoras são apresentadas a título meramente indicativo do nível de qualidade pretendido, devendo entender-se como associadas ao termo “ou equivalente”.
3. Fazem sempre parte integrante do Contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos Concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela NMS|FCM;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelo Adjudicatário sobre a proposta adjudicada.
4. Em caso de divergência entre os documentos indicados nas alíneas do número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art. 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no art. 101.º CCP.

ARTIGO 2.º**PRAZO**

1. O Contrato iniciar-se-á na data da sua assinatura e uma vez cumprida a obrigação de publicação do Contrato no Portal Base dos Contratos Públicos e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), em cumprimento do disposto no Código dos Contratos Públicos (doravante designado de CCP).
2. O prazo para a execução das obrigações contidas no presente caderno de encargos em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei será de 90 dias contados do envio da Nota de Encomenda, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, nomeadamente o período de garantia dos bens.

ARTIGO 3.º**DEVER DE INFORMAÇÃO**

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela NMS|FCM com a periodicidade que esta razoavelmente entender conveniente quanto à execução do plano de trabalhos e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergem do Contrato.
2. A obrigação prevista no número anterior compreende o dever de o Adjudicatário participar em reuniões com a NMS|FCM ou com outras entidades que se mostrem objectivamente necessárias em função do objecto do Contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a comunicar à NMS|FCM a iminência e/ou o início de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que possa perturbar a execução do Contrato.
4. O Adjudicatário obriga-se a comunicar à NMS|FCM, no prazo de quarenta e oito horas a contar do seu conhecimento, a ocorrência de qualquer circunstância ou factos relevantes, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das suas obrigações contratuais.
5. Todos os relatórios, registos de actas e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário, no âmbito do dever de informação, devem ser redigidos em português.

6. O Adjudicatário deverá nomear um representante, que será o seu interlocutor com a NMS|FCM relativamente a assuntos técnicos e processuais do Contrato a celebrar.
7. Sempre que o Adjudicatário sofra atrasos no plano de trabalhos, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de vinte e quatro horas a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar por escrito a NMS|FCM, a fim de esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance.

ARTIGO 4.º

DEVER DE SIGILO

1. O Adjudicatário obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à NMS|FCM ou a qualquer outra entidade, de que possa ter tido conhecimento no âmbito da execução do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros nem, objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do Contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo acima previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

ARTIGO 5.º

PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da cessação do Contrato, sem prejuízo da manutenção da sujeição a sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei.

ARTIGO 6.º

PREÇO BASE

1. Preço base é o preço máximo que a NMS|FCM se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem a aquisição de todos o Lotes a contratar, nomeadamente a quantia de **1.317.633,33 €** (um milhão trezentos e dezassete mil

seiscentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos), não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, sendo o preço base de cada Lote o seguinte:

Lote	Descritivo	QT	Preço Base unitário (S/ IVA)	Preço Base total (S/IVA)	Preço Base do Lote
Lote 1 Mesas e Acessórios	Mesa de operações móvel de construção modular electro-hidráulica articulada, radiotransparentes, com comando por cabo; tabuleiro base com interfaces iguais, com deslocamento longitudinal elétrico de 310mm	12	37 846,34 €	454 156,10 €	610 253,66
	Mesas de armazenamento de acessórios de mesas cirúrgicas compatíveis com as mesas de operações	4	9 756,10 €	39 024,39 €	
	Mesas de apoio às mesas de operações (móveis)	12	4 065,04 €	48 780,49 €	
	Mesas de apoio às mesas de operações tipo Mayo (móveis)	12	5 691,06 €	68 292,68 €	
	Acessórios para mesa de operações: apoio de ombro, pernas, apoios laterais	12	0,00 €	0,00 €	
Lote 2 Cúpulas e Colunas de tecto	Cúpulas de iluminação cirúrgica (Pantoff fixado no tecto) com braço articulado e com 2 cúpulas de luz	11	12 997,56 €	142 973,17 €	320 631,71
	Cúpula de iluminação cirúrgica (Pantoff fixado no tecto) com braço articulado e com 2 cúpulas de luz, com câmara de vídeo	1	17 073,17 €	17 073,17 €	
	Coluna de tecto para acomodar equipamentos eléctrico-médicos com braço articulado com 4 prateleiras e 1 gaveta. Deve incluir coluna de alimentação para instalação de acessórios, gás, electricidade e tomadas de dados.	12	13 382,11 €	160 585,37 €	
Lote 3 Sets Instrumentais	Set instrumental Cirurgia Geral	2	4 065,04 €	8 130,08 €	28 455,28
	Set instrumental Laminectomia Cervical	1	4 065,04 €	4 065,04 €	
	Set instrumental para Laminectomia Lombar	1	4 065,04 €	4 065,04 €	
	Set instrumental para Via anterior da coluna	1	4 065,04 €	4 065,04 €	
	Set instrumental Cirurgia Cardio torácica	1	4 065,04 €	4 065,04 €	
	Set instrumental Cirurgia Vascular	1	4 065,04 €	4 065,04 €	
Lotes 4 Candeleros Cirúrgicos	Candeleros cirúrgicos de pé (móveis)	2	2 032,52 €	4 065,04 €	4 065,04
Lote 5 Aspiradores	Aspiradores de chão para líquidos	11	2 601,63 €	28 617,89 €	28 617,89
Lote 6 Arcas	Arcas frigoríficas para armazenamento de corpos - Congelação e Refrigeração	8	37 500,00 €	300 000,00 €	300 000,00
Lote 7 Macas	Macas para transporte de corpos	2	6 097,56 €	12 195,12 €	12 195,12
Lote 8 Mesas de Alumínio	Mesas de alumínio fixas com drenagem para autópsia	2	5 691,06 €	11 382,11 €	11 382,11
Lote 9 Máquinas de Lavar	Máquina de lavar instrumentos cirúrgicos (lavagem de set instrumental)	1	2 032,52 €	2 032,52 €	2 032,52
Preço Base do Concurso					1 317 633,33

- O valor mencionado no número anterior compreende todas as obrigações previstas no presente Caderno de Encargos.
- O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à NMS|FCM (incluindo as despesas com combustível, despesas de alojamento, mão-de-obra, despesas de transporte e instalação, material (incluindo *hardware*) necessário à boa execução das obrigações previstas no presente Caderno de Encargos bem como, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).
- Não há lugar a revisão ou actualização do preço, nem a adiantamentos de preço.

CAPÍTULO II

CAUÇÃO E PAGAMENTOS

ARTIGO 7.º

CAUÇÃO

1. Para efeitos do presente procedimento contratual e do contrato a celebrar, a FCM|NMS exige ao Adjudicatário(s) a prestação de uma caução destinada a garantir a sua celebração, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP.
2. O valor, finalidades e modos de prestação da caução obedecerão ao disposto no programa do procedimento e ao descrito e previsto nos artigos 88.º a 91.º do mesmo diploma legal.

ARTIGO 8.º

PAGAMENTOS

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do(s) Contrato(s) a celebrar, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a NMS|FCM procederá, única e exclusivamente, ao pagamento do preço constante da(s) proposta(s) adjudicada(s) ao(s) Adjudicatário(s), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, efectuado mediante a apresentação à NMS|FCM de factura emitida com base nos bens efectivamente fornecidos e devidamente confirmados pela NMS|FCM, após a data da entrega e instalação dos bens.
2. Sem prejuízo do número anterior, o valor a pagar resulta dos preços unitários dos bens fornecidos constantes da(s) proposta(s) adjudicada(s).
3. A(s) factura(s) deverá(ão) ser enviada(s) através da plataforma de facturação electrónica da UNL, ou por correio electrónico para o endereço faturas@unl.pt caso o Adjudicatário esteja legalmente dispensado da obrigação de adesão ao regime de facturação electrónica e disso faça prova.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, a obrigação pecuniária de pagamento do preço considera-se vencida 60 dias após a data em que a NMS|FCM tiver recebido a fatura ou documento equivalente.

5. Sem prejuízo do previsto no art. 26.º do n.º 6 do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de Agosto, em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da NMS|FCM, o Adjudicatário tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no art. 326.º do CCP e da Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril.
6. Em caso de discordância por parte da NMS|FCM, quanto ao valor indicado na factura, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
7. Caso existam, o pagamento de bens complementares será feito nos mesmos termos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos dos n.ºs 1 a 4 do art. 370.º ex vi art. 447.º-A do CCP.
8. Os bens complementares serão pagos mediante facturas adicionais relativas aos bens fornecidos e após cumpridas as mesmas formalidades previstas para as facturas dos trabalhos contratuais.
9. Sem prejuízo do disposto no art. 370.º e seguintes, por remissão do art. 447.º-A, todos do CCP, quando se verificar a necessidade de realização de bens complementares, para os quais não existam preços unitários contratuais, os preços para a sua realização serão determinados de acordo com a seguinte ordem de preferência:
 - a) Fixação do preço a aplicar, em cada caso, com base nos preços unitários contratuais para bens semelhantes, mediante acordo entre a NMS|FCM e o Adjudicatário;
 - b) Fixação de preço novo a acordar entre a NMS|FCM e o Adjudicatário, tendo como base os pressupostos de cálculo dos preços unitários contratuais, atendendo à especificidade do trabalho, ao prazo de execução e ao seu enquadramento.
10. Não havendo acordo na fixação dos preços novos, o Adjudicatário não poderá utilizar esse argumento para não realizar ou atrasar a execução de quaisquer trabalhos, sendo esses remunerados, provisoriamente, com base na contraproposta da NMS|FCM, efectuando-se, se for caso disso, a correspondente correcção, acrescida, no que respeita aos preços, dos juros de mora devidos, logo que haja acordo ou determinação judicial sobre a matéria.

CAPÍTULO III

EXECUÇÃO

ARTIGO 9.º

EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A responsabilidade pela integral execução do Contrato a celebrar e das obrigações mais bem descritas na Parte Especial do presente Caderno de Encargos será atribuída exclusivamente ao Adjudicatário.
2. A NMS|FCM não reconhece, senão para os efeitos expressamente indicados na lei, a existência de quaisquer subcontratos ou terceiros que trabalhem por conta ou em combinação com o Adjudicatário.

CAPÍTULO IV

ENCARGOS

ARTIGO 10.º

ENCARGOS COM A REALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. Qualquer encargo exigível pelas autoridades competentes em relação à execução do Contrato de aquisição de bens a celebrar será da responsabilidade e por conta do Adjudicatário.
2. Todas as autorizações, emolumentos e quaisquer outras importâncias exigidas pelas autoridades competentes relativamente ao objecto do Contrato são por conta do Adjudicatário.
3. Todos os encargos envolvidos na execução do Contrato designadamente com transporte, mão-de-obra, equipamentos, combustível e outros materiais de consumo, são da responsabilidade do Adjudicatário.
4. As despesas e encargos inerentes à redução do Contrato a escrito são da responsabilidade da NMS|FCM, com excepção dos impostos legalmente devidos pelo Adjudicatário.
5. Constituem ainda obrigações do Cocontratante:

- a) Fornecer os bens à NMS|FCM conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade e os requisitos definidos no Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- b) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à NMS|FCM, o facto que torne total ou parcialmente impossível a aquisição de bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do Contrato celebrado com a NMS|FCM;
- c) Não alterar as condições do fornecimento fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
- d) Não ceder, sem prévia autorização da NMS|FCM, a sua posição contratual no Contrato celebrado com esta;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
- g) Possuir os conhecimentos técnicos e o *know-how*, próprios das melhores práticas, necessários e adequados a um profissional competente, diligente, zeloso e tempestivo para cumprimento das obrigações assumidas no Contrato.

CAPÍTULO V

INCUMPRIMENTO

ARTIGO 11.º

SANÇÕES PECUNIÁRIAS CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento das obrigações contidas no presente Caderno de Encargos e no Contrato a celebrar a NMS|FCM pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária.
2. Se o Adjudicatário não cumprir, por razões que lhe sejam imputáveis, as condições contratuais assumidas, sem prejuízo do ressarcimento de todos os prejuízos ou danos causados nos termos gerais do direito, incorrerá numa penalidade a favor da

NMS|FCM, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e dos prazos previstos no presente Caderno de Encargos, no Contrato ou acordados por escrito durante a execução do Contrato, calculada diariamente, até:
- Um por mil do valor do Contrato, nos primeiros 5 (cinco) dias;
 - Dois por mil do valor do Contrato, a partir do sexto e até ao décimo dia;
 - Três por mil do valor do Contrato, a partir do décimo primeiro e até ao vigésimo dia; e
 - Quatro por mil do valor do Contrato, a partir do vigésimo primeiro dia.
- b) Se o incumprimento for devido à verificação de graves erros ou omissões o quantitativo da indemnização será calculado diariamente nos termos seguintes:

OBRIGAÇÃO	DESCRIÇÃO	PENALIZAÇÃO
Disponibilidade da Equipa	<p>Não comparência de elementos da equipa do Adjudicatário, seja qual for o seu nível ou categoria, em qualquer local previsto no âmbito do Contrato, para o qual estava prevista a sua presença, por razões não devidamente justificadas, será passível de aplicação de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.</p> <p>Não haverá lugar à aplicação desta sanção, no caso de o elemento da equipa tenha sido substituído, em tempo oportuno e devidamente comunicado, por email, no prazo de 24 horas antes da data prevista, por outro elemento com os conhecimentos necessários. A substituição carece de</p>	Até 2 por mil do valor do Contrato por cada ausência da equipa.

	autorização prévia escrita da NMS FCM.	
Qualidade	Deficiente execução dos testes iniciais e/ou na pendência do Contrato, provocando resultados não esperados. Será aplicada uma sanção pecuniária de montante a fixar em função da gravidade das consequências.	Até 20% do valor do Contrato.
	Não entrega dos elementos (manuais de utilizador, documentação) e ausência de formação inicial, será alvo da sanção pecuniária de montante a fixar em função da gravidade das consequências.	Até 20% do valor do Contrato por cada falta.

c) Por qualquer outro incumprimento, a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

ARTIGO 12.º

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das Partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam o cumprimento por uma das Partes de qualquer das obrigações assumidas no Contrato, que, cumulativamente, sejam alheias à sua vontade, que a mesma não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Quaisquer danos resultantes de trabalhos em curso, acidentes naturais ou actos de vandalismo, aos quais o Adjudicatário é alheio, e que por si sejam detectados, deverão ser comunicados à NMS|FCM, devendo fazer prova da sua não responsabilidade.
3. Podem constituir força maior, desde que verificados os pressupostos constantes do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra

ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, que tenham implicação directa na execução do Contrato.

4. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Quaisquer circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados e auxiliares do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados ao Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre o mesmo recaiam;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções não sejam determinadas ou se devam a dolo ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário;
- f) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

ARTIGO 13.º

RESCISÃO DO CONTRATO

A NMS|FCM poderá rescindir o Contrato nos casos que se indicam:

- a) Quando se verificar que a execução do Contrato não corresponde às características que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo Adjudicatário;
- b) Quando do incumprimento ou cumprimento defeituoso do Contrato;
- c) Quando, durante a vigência do Contrato, o Adjudicatário haja sido declarado interdito, inabilitado, falido ou insolvente;
- d) Quando, sendo o Adjudicatário uma sociedade, se verifique a sua dissolução ou a transmissão total ou parcial do capital social e desde que tal facto se repercuta na boa execução do Contrato;
- e) Quando hajam sido aplicadas penalidades que no seu total perfaçam 20% do Contrato.

ARTIGO 14.º**INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

1. Caso se verifique o incumprimento de alguma das obrigações contratuais por parte do Adjudicatário, deve o mesmo corrigi-los no prazo de 5 dias, após comunicação para o efeito da NMS|FCM.
2. Caso o incumprimento referido no número anterior se mantenha a NMS|FCM pode resolver o Contrato, devendo para tanto comunicar a Deliberação de Resolução, por carta registada com aviso de recepção a enviar ao Adjudicatário, após realização da audiência de interessados.
3. Salvo disposição em contrário deste Caderno de Encargos, correrão por conta do Adjudicatário, que se considerará, para o efeito, o único responsável, a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe forem imputáveis e que resultem da própria natureza do execução do Contrato, sejam sofridos por terceiros até à recepção definitiva dos serviço, em consequência do modo de instalação destes últimos, da actuação do pessoal do Adjudicatário e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos.
4. O Adjudicatário será responsável por todos os danos causados no decorrer da execução do Contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito à NMS|FCM.

ARTIGO 15.º**EFEITOS DA RESOLUÇÃO**

1. Em caso de resolução do Contrato pela NMS|FCM por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento à NMS|FCM de uma indemnização correspondente a 15% (quinze por cento) do preço contratual, a título de cláusula penal indemnizatória.
2. A indemnização é paga pelo Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação da resolução do Contrato.
3. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adopção de novo procedimento de formação de Contrato.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO CONTENCIOSO

ARTIGO 16.º

FORO COMPETENTE

Em caso de litígio o foro competente é o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 17.º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Todas as comunicações entre a NMS|FCM ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os Concorrentes ou o Adjudicatário relativas à fase de formação do Contrato devem ser escritas e redigidas em português e efectuadas através de correio electrónico ou de outro meio de transmissão escrita e electrónica de dados.
2. As comunicações entre a NMS|FCM e o Adjudicatário relativas à fase de execução do Contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efectuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de recepção.
3. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do Contrato, as Partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respectivos representantes, designadamente o endereço electrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
4. O Adjudicatário ou o seu representante devem informar a NMS|FCM, por escrito, sempre que qualquer mudança se verificar no respectivo domicílio ou sede.
5. A alteração do domicílio contratual é comunicada à outra Parte por carta registada com aviso de recepção.

ARTIGO 18.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em todos os aspectos não regulados no presente Caderno de Encargos ou no Contrato a celebrar serão aplicáveis as normas constantes no Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 19.º**CONTAGEM DE PRAZOS**

1. Sem prejuízo de disposição em contrário, os prazos previstos no Caderno de Encargos são contínuos, correndo em Sábados, em Domingos e em dias feriados.
2. Os prazos que terminem em Sábados, Domingos ou dias feriados transferem-se para o dia útil imediatamente seguinte.

II – PARTE ESPECIAL**ARTIGO 20.º****OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou na proposta adjudicada, o(s) Adjudicatário(s) fica(m) obrigado(s) a fornecer e instalar os bens de acordo com as características técnicas e quantidades previstas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.
2. Os bens deverão ser entregues e instalados no prazo (máximo) constante na(s) proposta(s) adjudicada(s), a contar da data do envio da Nota de Encomenda, nunca superior a **90 [noventa] dias**.
3. Os bens deverão ser entregues e instalados no Edifício da AHED – Advance Health Education | Health Campus – da Universidade Nova de Lisboa, sito no Rua de Luanda, n.º 166, Parede (Cascais), 2775-369 Carcavelos, em horário e local a acordar previamente com o(s) Adjudicatário(s).

ARTIGO 21.º**INSPECÇÃO E TESTES**

1. Com a entrega e instalação dos bens constantes do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a NMS|FCM procede, em prazo a definir, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respectivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como, outros requisitos exigidos por lei.

2. Durante a fase de realização de testes, o Adjudicatário deverá prestar à NMS|FCM, ou a quem esta indicar, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo qualquer das Partes fazer-se representar durante a realização dos testes através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do Adjudicatário.

ARTIGO 22.º

DEFEITOS, DISCREPÂNCIAS OU INOPERACIONALIDADE

1. O Adjudicatário é responsável perante a NMS|FCM por qualquer defeito ou discrepância acerca dos bens objecto do Contrato que existam no momento em que os mesmos são entregues e instalados.
2. No caso de os testes previstos no artigo anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens a adquirir objecto do Contrato, bem como, a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a NMS|FCM deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário.
3. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela NMS|FCM, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
4. Após a realização das reparações, substituições ou modificações necessárias pelo Adjudicatário, no prazo respectivo, a NMS|FCM procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos do Artigo anterior.

ARTIGO 23.º

ACEITAÇÃO

1. Caso os testes a que se referem os artigos anteriores comprovem a total operacionalidade dos bens objecto do Contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detectados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, o Adjudicatário deverá dar início através de Equipa composta por elementos qualificados pelo fabricante e/ou distribuidor dos

equipamentos e em número suficiente à atividade de formação, ao período de formação teórica e prática até 20 elementos da FCM|NMS e ainda à entrega dos manuais de utilização de cada um dos bens, em português e inglês.

2. Concluído com sucesso o enunciado no número 1 anterior, deverá ser emitido, no prazo máximo de 5 dias, um auto de recepção, assinado pelo Gestor do Contrato da NMS|FCM.

3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 2 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens objecto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e que se venham a revelar em momento posterior.

ARTIGO 24.º

GARANTIA

1. O Adjudicatário garante os bens objecto do Contrato, incluindo peças e componentes, pelo prazo constante na proposta adjudicada, nunca inferior a **1 [um] ano**, a contar da data da assinatura do auto de recepção, contra quaisquer defeitos, discrepâncias ou avarias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respectiva aceitação do bem.

2. A garantia prevista no número anterior abrange: a) o fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta; b) a desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou avariados; c) a reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou avariados; d) o fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos; e) o transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos; f) a deslocação ao local da instalação ou de entrega; g) a mão-de-obra.

3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a NMS|FCM tenha detectado qualquer defeito, discrepância ou avaria, devem notificar o Adjudicatário, para efeitos da respectiva reparação.

4. A reparação ou substituição previstas no presente Artigo devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela NMS|FCM e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

ANEXO I

LOTE 1 - MESAS E ACESSÓRIOS

A) Mesa de operações móvel de construção modular electro-hidráulica articulada, radiotransparentes, com comando por cabo; tabuleiro base com interfaces iguais, com deslocamento longitudinal elétrico.

Quantidade: 12 unidades;

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Mesa de operações móvel para cirurgia universal de construção modular, acionamento electro hidráulico para todos os movimentos exceto pernas. Tabuleiro base com interfaces iguais, permitindo o posicionamento invertido do doente. Tabuleiro cirúrgico (Deslocamento longitudinal elétrico), composto por: Placa de cabeça, placa superior de costas/extensão pélvica destacável; placa inferior de costas; placa de assento; placa de pernas bipartida com rotação e rebatíveis. Características gerais de construção: rodas duplas com pedal dando a possibilidade de serem travadas/trancadas. Coluna sem fole. Revestimento da base em SMC, (folha de compósito moldado) e da coluna em aço inoxidável. Revestimento das almofadas anti estático e resistente a desinfetantes. Revestimento da base e coluna resistente a impactos e desinfetantes. Articulações do tabuleiro tapadas com as almofadas para melhor proteção do doente. Almofadas mistas de borracha sintética com 20 mm e espuma viscoelástica, SFC, com 60 mm de prevenção de decúbito, sem látex, anti estáticas com costuras soldadas a LASER, totalizando 80 mm de espessura. Equipadas com válvulas em Gore-Tex, que permitem a circulação de ar, mas não de líquidos. Estrutura do tabuleiro cirúrgico em aço inoxidável com calhas laterais para colocação de acessórios. Comando por cabo, com ecrã retro iluminado, para todas as funções da mesa e com monitorização da carga da bateria da mesa e do próprio comando. Painel de comando de emergência na coluna. Baterias especiais sem

manutenção com capacidade para cerca de 1 semana de trabalho. Controlo visual do estado de carga; Carregador interno com ligação à rede elétrica.

B) Mesas de armazenamento de acessórios de mesas cirúrgicas compatíveis com as mesas de operações

Quantidade: 4

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Mesa de armazenamento de acessórios para mesas de operações descritos no Ponto E), compatíveis com as mesas referidas e especificadas no Ponto A).

C) - Mesas de apoio às mesas de operações (móveis)

Quantidade: 12

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Mesa de apoio a cirurgias, de bloco operatório, móveis (com rodas), com ou sem regulação em altura.

D) - Mesas de apoio às mesas de operações tipo Mayo (móveis)

Quantidade: 12

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Mesa de apoio a cirurgias, de bloco operatório, móveis (com rodas), com regulação em altura.

E) - Acessórios para mesa de operações: apoio de ombro, pernas, apoios laterais

Quantidade: 12

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Acessórios para mesas de operações, compatíveis com as mesas operatórias referidas no Ponto A), para posicionamento cirúrgico: de membros superiores, de membros inferiores e para permitir apoio em posicionamento em decúbito lateral. Devem permitir encaixes compatíveis com as calhas laterais das mesas de operações descritas no Ponto A). Estes acessórios devem ser compatíveis com mesas de armazenamento referidas no Ponto n° B).

LOTE 2 - CÚPULAS E COLUNAS DE TETO**A) Cúpulas de iluminação cirúrgicas (Pantoff fixado no tecto) com braço articulado e com 2 cúpulas de luz**

Quantidade: 12

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cúpulas de iluminação cirúrgicas (tipo "Pantoff") com fixação no tecto com braço articulado e com duas cúpulas de luz, utilizadas nos blocos operatórios, com foco dirigível e regulação em intensidade.

B) Cúpula de iluminação cirúrgica (Pantoff fixado no tecto) com braço articulado e com 2 cúpulas de luz, com câmara de vídeo

Quantidade: 1

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cúpulas de iluminação cirúrgicas (tipo "Pantoff") com fixação no tecto com braço articulado e com duas cúpulas de luz com câmara de vídeo incorporada numa das cúpulas, utilizadas nos blocos operatórios, com foco dirigível e regulação em intensidade.

C) Coluna de tecto para acomodar equipamentos eléctrico-médicos com braço articulado com prateleiras (4) e gaveta (1). Deve incluir coluna de alimentação para instalação de acessórios, gás, eletricidade e tomadas de dados.

Quantidade: 12

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Coluna de tecto para acomodar equipamentos eléctrico-médicos com braço articulado com 4 prateleiras e 1 gaveta. Deve incluir coluna de alimentação para instalação de

acessórios, gás, eletricidade e tomadas de dados. Equipamento utilizado em blocos operatórios.

LOTE 3 - SETS INSTRUMENTAIS

A) - Set instrumental Cirurgia Geral

Quantidade: 2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Caixa de instrumentos cirúrgicos com características específicas para Cirurgia Geral.

B) - Set instrumental para Laminectomia Cervical

Quantidade: 1

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Caixa de instrumentos cirúrgicos com características específicas para realizar Laminectomia da coluna cervical por via posterior, para as especialidades de Ortopedia e Neurocirurgia.

C) - Set instrumental para Laminectomia Lombar

Quantidade: 1

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Caixa de instrumentos cirúrgicos com características específicas para Laminectomia da coluna lombar, para as especialidades de Ortopedia e Neurocirurgia.

D) - Set instrumental para Via anterior da coluna

Quantidade: 1

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Caixa de instrumentos cirúrgicos com características específicas para realizar abordagem anterior da coluna cervical, para as especialidades de Ortopedia e Neurocirurgia.

E) - Set instrumental Cirurgia Cardio torácica

Quantidade: 1

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Caixa de instrumentos cirúrgicos com características específicas para Cirurgia Córdio-torácica

F) - Set instrumental Cirurgia Vascular

Quantidade: 1

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Caixa de instrumentos cirúrgicos com características específicas para Cirurgia Vascular

LOTE 4 - CANDEEIROS CIRÚRGICOS**A) Candeeiros cirúrgicos de pé (móveis)**

Quantidade: 2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Candeeiros de pé com foco de intensidade regulável e orientável utilizados em salas de bloco operatório e pequena cirurgia.

LOTE 5 - ASPIRADORES

Quantidade: 11

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Aspiradores de chão elétricos de bloco operatório para líquidos com reservatório.

LOTE 6 – ARCAS**Arcas frigoríficas de refrigeração para armazenamento de cadáveres**

Quantidade: 4

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Arcas frigoríficas para armazenar cadáveres (total: entre 20 a 30 cadáveres) com possibilidade de regular a temperatura, entre os -10 e +20 graus Celsius. Cada arca poderá ter capacidade para armazenar entre 1 e 12 cadáveres, com estrutura interna

em inox e tabuleiros. A aquisição do número total de arcas dependerá da sua capacidade individual e total, sendo para um total de 20 a 30 cadáveres.

Arcas frigoríficas de congelação para armazenamento de cadáveres

Quantidade: 4

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Arcas frigoríficas para armazenar cadáveres (total: entre 20 a 30 cadáveres) com possibilidade de regular a temperatura, entre os -30 e -1 graus Celsius. Cada arca poderá ter capacidade para armazenar entre 1 e 12 cadáveres, com estrutura interna em inox e tabuleiros, com válvula de equilíbrio de pressões. A aquisição do número total de arcas dependerá da sua capacidade individual e total, sendo para o total de 20 a 30 cadáveres.

LOTE 7 – MACAS

Macas para transporte de cadáveres

Quantidade: 2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Macas com rodas, laváveis, para transporte de cadáveres.

LOTE 8 – MESAS DE ALUMÍNIO

Mesas de alumínio fixas com drenagem para autópsia

Quantidade: 2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Mesas de autópsia fixas com drenagem

LOTE 9 – MÁQUINAS DE LAVAR

Máquina de lavar instrumentos cirúrgicos (lavagem de set instrumental)

Quantidade: 1

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Máquina de lavar instrumentos cirúrgicos.